

Sábado

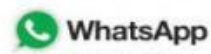
Teresina, 10 de outubro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



WhatsApp

(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

TCE recomenda Governo a conter gastos

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) encaminhou ofício ao Governo do Estado alertando para o risco de descumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos gastos com pessoal. A Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE) detectou que o Estado ultrapassou o limite de alerta da LRF em gastos com pessoal. ● PÁGINA 3

TCE-PI recomenda Governo reduzir gastos com pessoal

Foto: Ascom Setfaz

Tribunal de Contas detectou que o Estado ultrapassou o limite de alerta da LRF em gastos com pessoal

LUCIANO COELHO
REPÓRTE DE POLÍTICA

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) encaminhou ofício ao Governo do Estado alertando para o risco de descumprimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos gastos com pessoal. O alerta foi feito depois que a Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE), acompanhando as publicações dos relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo, detectou que o Estado ultrapassou o limite de alerta da LRF no tocante a gastos com pessoal.

Segundo os dados do relatório de receitas e despesas do 2º quadrimestre deste ano, apresentado na Assembleia Legislativa do Piauí pelo secretário estadual da Fazenda, Rafael Fonteles, o Governo está gastando 46,17% da receita corrente líquida com pagamento de pessoal. O TCE-PI alertou o Governo do Estado para que tome as providências a fim de evitar o descumprimento do limite prudencial da LRF, o que pode resultar em punições para o



SECRETÁRIO Rafael Fonteles, da Fazenda: gastos com pessoal no ano cresceram acima do esperado pelo governo

Estado e para os gestores. De acordo com a LRF, o Estado tem o teto máximo de 49% da receita líquida para gastos com pessoal.

Se o governo exceder e chegar a 95% dessa percentual de 49%, sofrerá penas como a proibição de concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, a não ser por sentença judicial. Atualmente, o Estado ultrapassou o limite de alerta de 90%. Com a infração a LRF, o Governo do Estado ainda fica impedido de criar cargo; alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; prover cargo público a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de apo-

sentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

O secretário da Fazenda, Rafael Fonteles, disse que o Governo está preocupado com o crescimento dos gastos com pessoal. Segundo ele, as despesas do Estado aumentaram mais do que as receitas nos primeiros oito meses do ano e os gastos com pessoal cresceram além do previsto. Rafael admite que o Estado está a um passo do limite prudencial da LRF. Ele alertou que, se houver mais queda no FPE (Fundo de Participação do Estado) em outubro e novembro, o Estado corre até o risco de atrasar salários ou ter de parcelar o pagamento dos servi-

dores.

Segundo o secretário, o Estado gasta hoje em torno de R\$ 300 milhões com folha de pagamento, o que corresponde a 46,17% da receita corrente líquida, de aproximadamente R\$ 650 milhões por mês. Ele lembrou que a LRF estabelece em 46,55% o limite prudencial de gastos com pessoal, em relação à receita corrente líquida, e em 49% o limite legal, patamar em que o Estado já fica impedido de receber convênios e empréstimos, e tem de demitir pessoal. "A situação não é ainda desesperadora, mas estamos em alerta máximo para não aumentarmos mais as despesas", declarou.

→ **Sábado**

TERESINA ANO XX
10 2015 Nº 8478

meionorte.com

FECHAMENTO	DÓLAR	VALORES	EURO	TEMPO
21h30	Compra Venda	Poupança 0,71%	Compra Venda	Nascente 5h33
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50	Comercial 3,758 3,758	INSS 20%	4,273 4,278	Poente 17h44
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00	Turismo 3,730 3,960	IR 15%		Máxima 39º
				Mínima 23º



meionorte

criticasesugestoes@meionorte.com

TERESINA (PI), CAPITAL DO MEIO-NORTE DO BRASIL



→ LRF

Tribunal de Contas do Estado constatou, através do acompanhamento das publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo, iminente descumprimento da LRF

TCE alerta Governo sobre gastos com pessoal no PI

EFRÉM RIBEIRO
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

→ O Tribunal de Contas do Estado do Piauí, através da Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE, constatou, através do acompanhamento das publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo referente ao 2º quadrimestre de 2015, que o montante da despesa total com pessoal atingiu o percentual de 44,10% da Receita Líquida. Portanto, o Estado ultrapassou o limite de alerta de 90%, referido no art. 20, II, c da Lei de Responsabilidade Fiscal, que corresponde a 44,10%. Dessa forma, o Tribunal de Contas, no cumprimento de sua competência estabelecida na LRF, alerta o governador do Estado para que tome providências a fim de evitar o descumprimento



TCE | Órgão emite alerta ao Governo em cumprimento à LRF

do limite prudencial.

De acordo com a LRF, o Estado tem 49% da Receita Líquida para gastos com pessoal, não podendo exceder a 95% em cima dessa porcentagem, sob pena das seguintes vedações: concessão de vantagem, aumento,

reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição; criação de cargo, emprego ou função; alte-

→ Limite

Tribunal constatou que Governo do Estado ultrapassou o limite de alerta de 90% do limite de 44,10% da RCL

ração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

→ Licitação

Governo do Estado contratou novas empresas através de licitação para compra de passagens aéreas e prevê redução de despesas com essa finalidade de até 20%

Governo projeta reduzir em 20% gastos com passagens aéreas

FRANCY TEIXEIRA
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

Em consonância com a política de redução de gastos adotada pelo Executivo nos últimos meses, o Governo piauiense ampliará o rol de iniciativas, pautando-se na dinamização econômica e a otimização das despesas. A pauta abarcada diariamente pelos gestores das pastas estaduais atende a determinação do governador Wellington Dias (PT), viabilizando investimentos primordiais nas mais distintas áreas. Nesse estreitamento se difunde, o corte no custeio, que chegou a atingir 20% em 2015. Agora, as ações se difundem diante da diminuição dos gastos com passagens aéreas pelos órgãos do Poder, nisto, inclui-se a participação específica da Secretaria de Administração e Previdência (Seadprev), que conduzirá os trabalhos nesta direção.

A medida funcionará a partir da contratação dos serviços de agenciamento de viagem mediante licitação, obedecendo ao extrato de registro de preços já disponibilizado no Diário Oficial. No geral, 53 órgãos participaram do processo e eventuais não participantes também puderam aderir à ata. Cabe ressaltar, que o último procedimento do tipo



FRANZÉ | Secretário projeta corte de 20% em gasto com voos

→ Resultado

11 empresas sediadas em Teresina foram as vencedoras da licitação para compra de passagens aéreas

havia sido feito em 2009.

Com o resultado da iniciativa, a Secretaria indicou que 11 empresas sediadas em Teresina foram as vencedoras, estabelecendo assim o valor máximo de cobrança do serviço para cada operação, no caso, R\$ 147,90. Em comparação com o valor médio demandado no ano passado (R\$ 187,70); o secretário Franzé Silva fez um balanço percentual do montante que será economizado pelo Governo

do Piauí. "Estamos conseguindo uma economia de cerca de 20%", declarou.

CONTAS – A atenção conferida ao custeio pode ser explicada pelo momento de recuperação que vive a economia piauiense, com a expectativa de crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) e as medidas para alavancar a geração de emprego e renda, a preocupação se difunde diante da manutenção dos índices impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de modo que os recursos provenientes de convênios não sejam travados. "Precisamos ter muita cautela", indicou o secretário de Fazenda, Rafael Fontelles na apresentação do balanço do último trimestre.

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

Roda Viva

Da equipe
jornal@portalodia.com

Gastos com pessoal, o maior desafio de Wellington Dias

Em seu terceiro mandato como governador do Estado, Wellington Dias (PT) pode considerar os gastos com pessoal um dos principais desafios para sua gestão. Não bastasse o alto valor de despesas com previdência, os gastos com pessoal apontam para um outro problema: a necessidade de contratar aprovados em concursos públicos para delegados, professores, policiais civis e militares, além de outros profissionais. Ontem (09), o Tribunal de Contas do Estado voltou a chamar atenção do Governo do Piauí para o valor de gastos com pessoal que está prestes a chegar ao limite de alerta. O problema ficou maior nos últimos anos e cabe ao governador planejar a situação, lembrando que o Governo não deve existir apenas para administrar folha de pagamento, e sim, principalmente para garantir investimentos em todas as áreas.

Gastos com pessoal

Em nota, o governador Wellington Dias diz que o Estado já está adotando o controle rígido das despesas

Elas Fontenelle/ODIA

Governo recebe alerta do TCE após limite da LRF

Tribunal constatou que Estado já gasta próximo dos 49% da Receita com pagamento de pessoal

Cícero Portela
Repórter

O Tribunal de Contas do Estado constatou que, no segundo quadrimestre de 2015, o montante da despesa total do Governo com pessoal ultrapassou o limite de alerta de 90%, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que corresponde a 44,10% da receita líquida.

A análise foi feita pela Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE), através do acompanhamento das publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo.

Diante do risco iminente

de descumprimento da Lei de Responsabilidade, o Tribunal de Contas fez um alerta ao governador Wellington Dias (PT), para que tome providências a fim de evitar que o limite prudencial seja ultrapassado pelo Governo.

De acordo com a LRF, o Estado tem 49% da receita líquida para gastos com pessoal, não podendo exceder a 95% desse limite, sob pena de sofrer uma série de vedações.

Caso o índice de alerta seja atingido, fica proibida, por exemplo, a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados

de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, e ressalvada a revisão geral anual prevista na Constituição.

Acima dos 95%, o Estado também fica automaticamente proibido de criar cargo, emprego ou função; alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; prover cargo público, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e, ainda, de contratar hora extra.

Em nota encaminhada

ao ODIA, o Governo do Estado informou que, desde o início do ano, vem tomando todas as providências para o controle de gastos com pessoal a fim de manter a gestão dentro do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. "É importante ressaltar que a observação feita pelo TCE deixa claro que o Estado ainda está dentro do limite de 49%. A preocupação do órgão é a mesma do governo e se alinha com os objetivos da gestão. O alerta só vem reforçar a necessidade de manter um controle rígido das despesas e continuar trabalhando com prudência", diz a nota.

Domingo

Teresina, 11 de outubro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



WhatsApp

(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

Em Tempo

Da equipe

colunaemtempo@bol.com.br

Municípios estão na mesma

O Tribunal de Contas do Estado garante que reduziu consideravelmente o índice de corrupção nas prefeituras. Há cerca de uma década os desvios correspondiam a 60% dos recursos recebidos pelos municípios. Hoje totalizam em torno de 25%. Seria preciso explicar qual foi a mágica empregada nos últimos 10 anos para que se chegasse a esse percentual porque não houve praticamente nenhuma evolução nas administrações municipais. Os prefeitos são os mesmos, ou seus descendentes diretos – filhos, sobrinhos; ou ascendentes – tios, pais, até avós. Os assessores não são escolhidos tecnicamente. Na verdade, o critério de indicação permanece inalterado, é o mesmo de antigamente, são os apaniguados. O TCE tem investido muitos recursos em modernização tecnológica, em contratação de pessoal, em treinamento dos seus servidores e na qualificação de auxiliares das prefeituras, mas infelizmente o que se nota é que a realidade na grande maioria das cidades permanece inalterada. Os municípios não conseguem arrecadar mais recursos, continuam dependendo do dinheiro do governo federal.

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

Olho vivo

11/10/2015

O Tribunal de Contas do Estado, que recentemente meteu-se em um embaraço fiscal ao aprovar para sua cúpula um auxílio-moradia, resolveu mandar recado ao Executivo, informando que constatou, através do acompanhamento das publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou o limite de alerta de 44,1% das receitas correntes líquidas. Um texto foi mandado a jornalistas. Embora esteja cumprindo sua atribuição contida no inciso II, do parágrafo primeiro do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o zelo do TCE é chuva no molhado, porque há pelo menos duas semanas o secretário Rafael Fonteles (Fazenda) já tinha avisado aos deputados estaduais que esse limite tinha sido atingido e que havia um esforço do governo no sentido de manter as contas equilibradas. Efetivamente esse esforço se deu, por exemplo, com a entrada de recursos de um acordo com o Banco do Brasil, para gestão da folha salarial e ajustes levados a efeito pela área da Administração e Previdência. Tomara que o vigilante TCE, sempre sugerindo que o Executivo use uma tesoura nas despesas, também pegue uma navalha para cortar privilégios travestidos de direito, como o famoso auxílio-moradia de sua cúpula.

Segunda-feira


Teresina, 12 outubro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**

(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ MEDICAMENTOS

TCE e TCU investigam irregularidades na saúde

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) encaminhou ao Tribunal de Contas da União (TCU) a prestação de contas da Secretaria de Saúde do Piauí referente ao ano de 2010, na época o secretário estadual era o deputado federal Assis Carvalho (PT).

O TCE-PI encaminhou o relatório de número 36/2012, da CGE-PI (Controladoria Geral do Estado) ao TCU, apontando irregularidades e superfaturamento na aquisição de medicamento juntamente com o restante do processo. A mesma licitação foi alvo de investigação do Mi-

nistério Público Federal.

Uma licitação no valor de R\$ 5.758.321,67, para aquisição de medicamentos para o Estado, tem suspeita de irregularidades. Os remédios teriam

sido adquiridos das empresas Distrimed, Serafarma, Gerafarma e E. M. M. Mota Distribuidora MULTIMED.

No julgamento das contas, o TCE-PI

entendeu que as despesas foram pagas com recursos públicos federais e tem indícios de superfaturamento, razão pela qual resolveu encaminhar o processo para apreciação do TCU.

HÁ INDÍCIOS DE SUPERFATURAMENTO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SESAPI

Foto: Divulgação



MEMBROS DO TCE encaminharam a ação e o relatório para o TCU

Terça-Feira

Teresina, 13 de outubro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ CRISE FINANCEIRA

Legislativo e Judiciário terão cortes no orçamento de 2016

As receitas caíram e as despesas aumentaram em função da crise econômica, o que levou a reduzir o valor do Orçamento Geral

CATARINA SANTIAGO
REPORTER DE POLÍTICA

Os presidentes da Assembleia Legislativa do Piauí, deputado Themístocles Filho (PMDB), e do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Raimundo Eufrásio Alves Filhos, não alimentam muita esperança quanto a aumento no Orçamento Geral do Estado para 2016, que está sendo elaborado pela Secretaria Estadual de Planejamento para ser encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa. Tanto Themístocles quanto Raimundo Eufrásio acreditam que poderá haver redução nos valores do orçamento de 2016 em relação ao de 2015, que está em execução.

Orçamento total deste ano, aprovado no final do ano passado, é de R\$ 8,6 bilhões. A redução das receitas é em função da crise econômica e política que o Brasil está vivendo e que já se abateu no Piauí. Segundo Themístocles Filho, a previsão é que, antes da votação, o governador Wellington Dias (PT) chame os presidentes do Legislativo e do Judici-



Foto: Divulgação

OS PRESIDENTES do TJ-PI, Raimundo Eufrásio, e da Alepi, Themístocles Filho, discutiram os valores dos repasses

ário para uma explanação sobre as perspectivas das receitas para o próximo ano. Apesar de ter preferido não falar de percentuais estimados para a Assembleia, o parlamentar é da opinião que os reajustes serão para menos.

“Eu acho que vai haver corte, mas eu não posso dizer qual é o percentual, de quanto vai ser o orçamento, porque isso compete ao governador (Wellington Dias), nas conversas que ele vai ter com os presidentes dos poderes”, afirmou. O presidente do TJ-PI,

desembargador Raimundo Eufrásio, também aguarda a conversa com o governador para discutir como ficará a divisão do bolo para o Judiciário. Na sexta-feira ele afirmou ao Diário do Povo estar preocupado com as demandas da Justiça, principalmente em relação a pessoal.

Segundo Raimundo Eufrásio, sem recursos para contratar servidores capacitados não há como melhorar a gestão. Ele frisou que só este ano foram realizados dois concursos para contratação de estagiá-

rios e conciliadores, mas que a necessidade do Tribunal de Justiça é de pelo menos 500 novos funcionários, entre juízes e servidores administrativos. “Estou precisando de mais de 60 juízes e só vou poder pedir 24; de servidor eu estou precisando de uns 400, 450, mas vou fazer (concurso) para 180 servidores. O certo é que só para estagiário e conciliador já fiz dois concursos e estou com mais dois para fazer e isso em um ano só é muito. Sem gente qualificada nós não vamos avançar na gestão”, disse Eufrásio.

SECRETÁRIO DIZ QUE ORÇAMENTO NÃO VAI AUMENTAR

O secretário estadual da Fazenda, Rafael Fonteles, avisou aos deputados estaduais, durante audiência na Assembleia Legislativa, há duas semanas, que o Estado não tem como aumentar os percentuais de repasses para o Legislativo e o Judiciário no orçamento de 2016. Segundo ele, a redução dos repasses constitucionais colocam o Estado numa situação que recomenda toda cautela com relação a despesas. Rafael Fonteles disse que a alternativa é buscar formas de aumentar a receita própria do Estado.

“O problema é que a arrecadação tem aumentado, mas não nos percentuais que precisamos, enquanto os repasses do Governo Federal caíram mais do que imaginávamos”, observou. Dezembro é o prazo final para o orçamento ser

votado na Assembleia Legislativa. Caso a previsão dos cortes se confirmem, o Estado contará com menos de R\$ 8,6 bilhões para tocar a máquina em 2016, valor líquido, depois de descontados as contribuições do Estado ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e às transferências constitucionais aos municípios.

Desse total, Assembleia ficou com R\$ 281 milhões em recursos. O Tribunal de Contas do Estado ficou R\$ 96 milhões. Ao Tribunal de Justiça foram destinados R\$ 440 milhões. Já a Procuradoria Geral de Justiça contou com R\$ 165 milhões. Mas, em tempos de crise, os poderes parecem já conscientes de que terão que fazer mais com menos. (CS)

→ **Terça-feira**

TERESINA | ANO XX
13 10 2015 | Nº 8481

meionorte.com

meionorte

criticasesugestoes@meionorte.com

FECHAMENTO	DÓLAR	VALORES	EURO	TEMPO
21h50	Compra Venda	Poupança 0,63%	Compra Venda	Nascente 5h35
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50	Comercial 3,758 3,758	INSS 20%	4,272 4,276	Poente 17h44
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00	Turismo 3,730 3,960	IR 15%		Máxima 4h09
				Mínima 22º



→ **Gastos**

Piauí está entre os 10 estados que seguem LRF

Apesar da crise econômico-financeira que o país enfrenta, o Piauí é um dos 10 estados que não ultrapassaram o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com o pagamento dos salários de servidores do Estado. Para manter este equilíbrio, o Governo vem tomando medidas a fim de reduzir as despesas e aumentar a receita do Estado, como a implantação do Programa Nota Piauiense e a repartição dos recursos do comércio eletrônico.

De acordo com o secretário da Administração, Franzé Silva, mesmo com um estoque de problemas financeiros, o Piauí tem conseguido equilibrar suas contas, mantendo a qualidade dos serviços essenciais à população e cumprindo o calendário de pagamento aos servidores estaduais. O secretário declarou que, no aspecto do gasto com pessoal, o Estado teve que negociar leis aprovadas no ano de 2014 e que o governo passado não deixou recursos financeiros em caixa para que fossem implementadas.

Franzé destaca que a a-

tual gestão foi obrigada a assumir despesas do governo anterior. "Estamos regularizando o custeio de cerca de seis meses relativos à gestão anterior. Sem o pagamento destas dívidas, feito desde o início do governo Wellington Dias, a máquina pública não voltaria a funcionar", explicou o secretário, que reforçou a necessidade de manter um controle rígido das despesas e continuar trabalhando com prudência.

Franzé lembra ainda que no final de 2014 os veículos da Polícia Militar (PM) e carros de ambulância da Secretaria Estadual da Saúde (Sesapi) chegaram a parar no meio da rua por falta de combustível e que o ano letivo foi encerrado sem cumprir a carga horária por falta de merenda e material escolar. Franzé afirmou que a Secretaria da Administração e Previdência Social (Seadprev), realizou o pagamento servidores terceirizados, de combustível, locação de veículos, material de expediente, medicamentos, além de material bélico e escolar. (E.R.)

informe@meionorte.com

INFORME

PRIMEIRA COLUNA DE
JORNALISMO ABERTO DO BRASIL



**EFRÉM
RIBEIRO**

APROVADO

● O Tribunal de Contas do Estado aprovou as contas da Fundação Wall Ferraz durante a gestão do hoje vereador Antônio Aguiar (Pros). “Este aval nos deixa extremamente felizes, porque é a comprovação de que realizamos uma gestão correta no órgão municipal”, comentou o parlamentar.

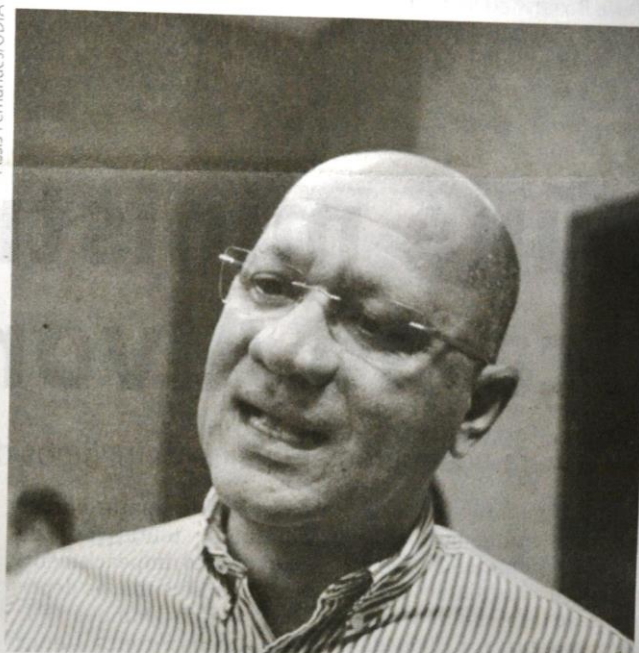
Gastos com pessoal

Piauí é um dos 10 estados que não ultrapassou limite prudencial

Diante do cenário de crise econômica enfrentada no Brasil, apenas 10 dos 26 estados e do Distrito Federal não ultrapassaram o limite prudencial de gastos com pessoal imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A informação foi divulgada ontem (12) pelo site do Governo do Piauí. O limite prudencial é de 46,55% das receitas correntes líquidas. Apesar de não ultrapassar, o estado gastou 46,17%, de acordo com os números do segundo quadrimestre revelados pelo secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles.

Para manter este equilíbrio, o Governo tomou medidas a fim de reduzir as despesas e aumentar a receita do Estado, como a implantação do Programa Nota Piauiense e a repartição dos recursos do comércio eletrônico. De acordo com o secretário da Administração, Franzé Silva, mesmo com um estoque de problemas financeiros, o Piauí tem conseguido equilibrar suas contas, mantendo os serviços essenciais à população e cumprindo o calendário de pagamento

Assis Fernandes/O DIA



Franzé Silva diz que estado vem conseguindo manter equilíbrio aos servidores estaduais.

Franzé lembrou que, no aspecto do gasto com pessoal, o Estado teve que negociar leis aprovadas no ano de 2014 e que o governo passado não deixou recursos financeiros em caixa para que fossem implementadas, destacando que a atual gestão foi obrigada a assumir despesas do governo anterior. “Estamos regularizando

o custeio de cerca de seis meses relativos à gestão anterior. Sem o pagamento destas dívidas, feito desde o início do governo Wellington Dias, a máquina pública não voltaria a funcionar”, explicou o secretário, que reforçou a necessidade de manter um controle rígido das despesas e continuar trabalhando com prudência.

(João Magalhães)



Falhas na prestação de contas - 10/10/2015 às 08h36

1ª Câmara do TCE-PI julga irregulares as contas de Campo Alegre do Fidalgo

[Curtr](#) [Tweet](#) [G+1](#) [Compartilhar](#)

Conheça as atitudes de pessoas de sucesso!

Village Leste
W3 MOVEIS

- Apto de 46,19m²
- Salão de Festas
- Playground
- Guarita de Segurança

3303-5859
(86) 3303-5853
8858-5845

A primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado julgou irregular a prestação de contas de gestão das Prefeituras Municipais de Campo Alegre de Fidalgo e Matias Olímpio, referentes aos anos de 2012 e 2013, na última terça-feira (06/10).

A Prefeitura de Campo Alegre de Fidalgo, exercício de 2013, gestor Pedro Daniel Ribeiro, apresentou prestação de contas de gestão com algumas falhas como, divergência na movimentação financeira e manutenção do saldo em CAIXA, ausência de processos licitatórios referentes à aquisição e combustível, locação de veículo, contratação de bandas musicais, pagamento de encargos sociais do INSS com atrasos.

A decisão foi proferida pelo Conselheiro Kennedy Barros.

(Redação Teresina)

Fonte: Com informações do TCE
Publicado Por: Lanna Pontes

Concurso para agentes será realizado de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal

Momento é de cautela e que é preciso considerar o alerta do Tribunal de Contas do Estado

[Curir](#) [Tweet](#) [G+](#) [Compartilhar](#)



Como ir do estágio à gerência



Após a [Associação](#) Geral do Pessoal Penitenciário do Estado do Piauí entrar com ação para que o Governo do Estado realize concurso para agentes penitenciários e apoio administrativo, o secretário de Justiça do Piauí, Daniel Oliveira, afirmou que o momento é de cautela e que é preciso considerar o alerta do Tribunal de Contas do Estado para que o Governo fique atento e evite descumprir o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A recomendação do TCE-PI foi feita após constatação de que, considerando os Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo referentes aos segundo quadrimestre de 2015, o montante da despesa total com pessoal atingiu o percentual da Receita Líquida.

"Tivemos uma reunião com o governador Wellington Dias e ele é sensível à realização de concursos, com prioridade para as secretarias de Justiça, Segurança e Saúde, mas obedecendo à LRF, considerando a receita do Estado, de forma que, cada passo deve ser dado com responsabilidade e sobriedade, visando ao bem-estar de nossa capacidade de investimento", observa Daniel Oliveira.

De acordo com o secretário de Justiça, há uma previsão para realização de concurso público de 600 vagas para o sistema penitenciário em 2016 baseada em estudo feito pela equipe da Secretaria de Justiça e apresentado ao governador, sobre a atual necessidade de agentes e apoio administrativo.

O gestor destaca, ainda, a construção de novas unidades prisionais, como a Central de Triagem de Teresina (160 vagas), em fase de conclusão, e a Casa de Detenção de Campo Maior (140 vagas), retomada em agosto deste ano, depois de quatro anos paralisada. Há também projetos para novas penitenciárias em Altos, Oeiras, Picos e Corrente.

"Temos articulado com o Karnak e as secretarias da Fazenda e de Administração sobre a viabilidade das obras e do concurso público. Faremos tudo com responsabilidade, em sintonia com o TCE, obedecendo à Lei de Responsabilidade Fiscal e considerando a nossa capacidade de investimento", frisa Daniel.

Em maio deste ano, o Governo do Estado inaugurou a Casa de Detenção de Altos (122 vagas). "São obras que, a médio e longo prazo, vão promover a redução do excedente prisional e garantir a humanização do sistema. Estamos trabalhando para tentar reverter um quadro histórico do sistema penitenciário que, por décadas, acumulou problemas", finaliza.



Previsão para concurso de agentes penitenciários é apenas para 2016

Serão 600 vagas para o sistema baseadas em estudo feito pela equipe da Sejus.

10/10/2015 17:14

[Curtir](#) { 2 } [Compartilhar](#) { 2 } [Tweeter](#) { 1 } [G+1](#) { 0 }



Após a Associação Geral do Pessoal Penitenciário do Estado do Piauí entrar com ação para que o Governo do Estado realize concurso para agentes penitenciários e apoio administrativo, o secretário de Justiça do Piauí, Daniel Oliveira, afirmou que o momento é de cautela e que é preciso considerar o alerta do Tribunal de Contas do Estado para que o Governo fique atento e evite descumprir o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A recomendação do TCE-PI foi feita após constatação de que, considerando os Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo referentes aos segundo quadrimestre de 2015, o montante da despesa total com pessoal atingiu o percentual da Receita Líquida.

"Tivemos uma reunião com o governador Wellington Dias e ele é sensível à realização de concursos, com prioridade para as secretarias de Justiça, Segurança e Saúde, mas obedecendo à LRF, considerando a receita do Estado, de forma que, cada passo deve ser dado com responsabilidade e sobriedade, visando ao bem-estar de nossa capacidade de investimento", observa Daniel Oliveira.

De acordo com o secretário de Justiça, há uma previsão para realização de concurso público de 600 vagas para o sistema penitenciário em 2016 baseada em estudo feito pela equipe da Secretaria de Justiça e apresentado ao governador, sobre a atual necessidade de agentes e apoio administrativo.

O gestor destaca, ainda, a construção de novas unidades prisionais, como a Central de Triagem de Teresina (160 vagas), em fase de conclusão, e a Casa de Detenção de Campo Maior (140 vagas), retomada em agosto deste ano, depois de quatro anos paralisada. Há também projetos para novas penitenciárias em Altos, Oeiras, Picos e Corrente.

"Temos articulado com o Kamak e as secretarias da Fazenda e de Administração sobre a viabilidade das obras e do concurso público. Faremos tudo com responsabilidade, em sintonia com o TCE, obedecendo à Lei de Responsabilidade Fiscal e considerando a nossa capacidade de investimento", frisa Daniel.

Em maio deste ano, o Governo do Estado inaugurou a Casa de Detenção de Altos (122 vagas). "São obras que, a médio e longo prazo, vão promover a redução do excedente prisional e garantir a humanização do sistema. Estamos trabalhando para tentar reverter um quadro histórico do sistema penitenciário que, por décadas, acumulou problemas", finaliza.

Fonte: Da Redação



Gestão de Assis Carvalho - 11/10/2015 às 15h08

SESAPI: TCE envia ao TCU caso de superfaturamento de R\$ 5,7 milhões

Curtir 104 Tweet 3 G+ 0 Compartilhar

Conheça as atitudes de pessoas de sucesso!

Centro Empresarial Shopping Rio Poty

LANÇAMENTO TORRE B

DANTAS
NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

(86) 3233-8038 / 9916-7171 / 9424-1874
Av. Dom Severino, 2300 - Horto - Teresina-PI

O Tribunal de Contas do Estado, ao julgar a prestação de contas da Secretaria de Saúde referente ao ano de 2010, cujo gestor era o deputado federal Assis Carvalho (PT), decidiu de forma unânime enviar ao Tribunal de Contas da União o caso de compra de remédios junto à Distrimed, Serrafarma, Gerafarma e E. M. M. Mota Distribuidora MULTIMED, no valor de **R\$ 5.758.321,67**.

Há inúmeros indícios de superfaturamento.

O TCE entendeu que as despesas foram pagas com recursos federais, daí a fiscalização ser incumbência do TCU.

DOCUMENTOS ENVIADOS

Para a mais alta Corte de Contas do país foram encaminhados o relatório nº 36/2012 da Controladoria Geral do Estado, a Ação por Improbidade Administrativa nº 1497-24.2014.4.01.4000 e o parecer ministerial para as "providências cabíveis".



Assis Carvalho, deputado federal. Ele era o gestor da época. (Foto: Lúcio Bernardo Jr./Agência Câmara)



Concurso para agentes será realizado de acordo com a LRF, diz secretário

11/10/2015 • 09:25

Notícia



Da Redação do Portal AZ

Depois que a Associação Geral do Pessoal Penitenciário do Estado do Piauí entrou com ação para que o Governo do Estado realize concurso para agentes penitenciários e apoio administrativo, o secretário de Justiça do Piauí, Daniel Oliveira, afirmou que o momento é de cautela e que é preciso considerar o alerta do Tribunal de Contas do Estado para que o Governo fique atento e evite descumprir o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A recomendação do TCE-PI foi feita depois de constatação de que, considerando os Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo referentes aos segundo quadrimestre de 2015, o montante da despesa total com pessoal atingiu o percentual da Receita Líquida.



"Tivemos uma reunião com o governador Wellington Dias e ele é sensível à realização de concursos, com prioridade para as secretarias de Justiça, Segurança e Saúde, mas obedecendo à LRF, considerando a receita do Estado, de forma que, cada passo deve ser dado com responsabilidade e sobriedade, visando ao bem-estar de nossa capacidade de investimento", observa Daniel Oliveira.

De acordo com o secretário de Justiça, há uma previsão para realização de concurso público de 600 vagas para o sistema penitenciário em 2016 baseada em estudo feito pela equipe da Secretaria de Justiça e apresentado ao governador, sobre a atual necessidade de agentes e apoio administrativo.

O gestor destaca, ainda, a construção de novas unidades prisionais, como a Central de Triagem de Teresina (160 vagas), em fase de conclusão, e a Casa de Detenção de Campo Maior (140 vagas), retomada em agosto deste ano, depois de quatro anos paralisada. Há também projetos para novas penitenciárias em Altos, Oeiras, Picos e Corrente.

"Temos articulado com o Karnak e as secretarias da Fazenda e de Administração sobre a viabilidade das obras e do concurso público. Faremos tudo com responsabilidade, em sintonia com o TCE, obedecendo à Lei de Responsabilidade Fiscal e considerando a nossa capacidade de investimento", frisa Daniel.

Em maio deste ano, o Governo do Estado inaugurou a Casa de Detenção de Altos (122 vagas). "São obras que, a médio e longo prazo, vão promover a redução do excedente prisional e garantir a humanização do sistema. Estamos trabalhando para tentar reverter um quadro histórico do sistema penitenciário que, por décadas, acumulou problemas", finaliza.



Estranhas Movimentações - 12/10/2015 às 10h18

Detran parece esperar por licitação que teve os seus efeitos suspensos

 5  0  0   

Como ir do estágio à gerência



É ELA

A HD [Soluções](#), vencedora do certame originário ainda da gestão de Jeová do Detran, mas que seu sucessor, San Martin, tornou sem efeito, foi que pediu ao TCE que seja ela a contratada. Arão é a favor.

Em [jogo](#) o registro de gravames.



Diretor-Geral do DETRAN, Arão Lobão, desprezando uma delegação do secretário de Administração, Franzé, para realizar licitação. Por que será?